

‘PODE’ E ‘PODIA’: UMA PROPOSTA SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA

Ana Lúcia PESSOTTO

Programa de Pós-graduação em Linguística

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO

Este artigo investiga a semântica de ‘pode’ e ‘podia’ no Português Brasileiro (PB). Com base na proposta de Kratzer (1981, 1991, 2008, 2010), mostramos que tanto ‘pode’ quanto ‘podia’ expressam possibilidade a partir do momento de fala, e que as diferenças entre eles nesses contextos (como a não-factualidade, a subjetividade e o desejo veiculados por ‘podia’ e não por ‘pode’) se devem à atuação do imperfeito, ausente em ‘pode’ e presente em ‘podia’. A proposta apresentada aqui é que ‘pode’ restringe os mundos de avaliação (base modal) aos mundos mais próximos ao mundo atual (do falante). Ao contrário, ‘podia’ não restringe os mundos da base modal, e o falante considera tanto mundos próximos quanto distantes do mundo real, já que evidências que suportam a factualidade da prejacente não são requisitadas tanto quanto com ‘pode’. A partir dessa não-restrição, com ‘podia’ o falante veicula uma possibilidade subjetiva, mas uma declaração de opinião do que uma descrição de mundo, de onde podem ser derivados pragmaticamente outros significados, como a contrafactualidade e o desejo.

ABSTRACT

This paper investigates the semantic contribution of ‘pode’ (third person, present tense of the possibility verb ‘poder’) and ‘podia’ (third person, past imperfect tense of ‘poder’) in Brazilian Portuguese (BP), when both are used in future oriented contexts. Based on Kratzer’s (1981, 1991, 2008, 2010) proposals, I will show that both ‘pode’ and ‘podia’ may express possibility at the moment of utterance, and the differences between them (such as non-factuality, desire and the subjectivity conveyed by ‘pode’ but not by ‘podia’) are due

to the contribution of the imperfect, which is the case in ‘podia’ but not in ‘pode’. The proposal presented here is that ‘pode’ restricts the worlds of evaluation (modal base) to those closer to the actual world. On the other hand, ‘podia’ does not restrict the modal base worlds, since evidences to support the factuality of the prejacent are not required as much as with ‘pode’. From this lack of evidence, the speaker conveys a more subjective possibility, a declaration of opinion rather than a description of the world, from what other meanings can be pragmatically derived, such as the counterfactuality and speaker’s desire.

PALAVRAS-CHAVE

Desejo. Imperfectividade. Implicaturas. Não-factualidade. Possibilidade.

KEYWORDS

Desire. Imperfectivity. Implicatures. Non-Factuality. Possibility.

Introdução

Segundo Stowell (2004), os modais em inglês, como *can* e *could*, têm a interpretação presente/passado neutralizada em determinados contextos sintático-semânticos. Algo semelhante acontece com ‘pode’ e ‘podia’ no PB. Em contextos orientados para o futuro, em que ‘podia’ expressa passado falso, ambos perdem a distinção de tempo, já que ‘podia’, apesar da morfologia de pretérito imperfeito, não tem interpretação de passado em todas as ocorrências. A sentença (1), por exemplo, é ambígua quanto ao tempo quando fora de contexto:

- (1) Mafalda podia viajar.

A sentença (1) pode expressar tanto (i) que houve uma possibilidade passada de Mafalda viajar, ou (ii) uma possibilidade presente, porém remota, de Mafalda viajar. Tal relação entre os tempos possivelmente expressos por ‘podia’ pode ser informalmente descrita abaixo:

$\text{podia}_1: \text{Tposs} < \text{Tevento} < \text{Tfala}$
 $\text{podia}_2: \text{Tposs} = \text{Tfala} < \text{Tevento}$

Em (a), o tempo da possibilidade é anterior ao momento do evento e ambos são anteriores ao momento de fala. Em (b), o momento da possibilidade e o momento de fala são simultâneos, e ambos são anteriores ao tempo do evento.

Condoravdi (2002) chama de “leitura metafísica”, quando o modal é usado com uma perspectiva passada – como na leitura (i) – e o falante sabe sobre a factualidade do evento descrito pela proposição prejacente¹, ou seja, ele sabe que Mafalda não viajou, o que gera uma leitura contrafactual. Já na leitura (ii), o modal é usado, segundo os termos de Condoravdi (2002), com uma perspectiva presente e com orientação futura, e o morfema de imperfeito ‘ia’ não expressa passado real. A autora denomina essa leitura de *epistêmica*, uma vez que expressa a possibilidade a partir do momento de fala, e é o conjunto de conhecimento do falante que o leva a concluir sobre a possibilidade do evento descrito pela prejacente.

Essa mesma interpretação epistêmica, entretanto, pode ser atribuída a uma sentença com ‘pode’. Portanto, a diferença entre (2.a) e (2.b), quando (2.b) recebe a segunda leitura, fica neutralizada, no sentido de que ambas podem ser descritas pela fórmula em (b), que pode ser reformulada como (2.c).

- (2) a. Mafalda pode viajar amanhã.
- b. Mafalda podia viajar amanhã.
- c. $\text{podia}_2 = \text{pode}: \text{Tposs} = \text{Tfala} < \text{Tevento}$

¹ Usaremos o termo ‘prejacente’ para designar a proposição sobre a qual o modal tem escopo (von Fintel e Iatridou, 2008). Por exemplo, ‘Mafalda pode viajar’ apresenta uma estrutura como [sPode[sMafalda viajar]], onde [Mafalda viajar] é a proposição prejacente.

Este artigo se concentra na leitura epistêmica conforme a classificação de Condoravdi (2002), na qual o modal é usado com a perspectiva presente e o evento denotado pela proposição prejacente tem orientação futura. Nessa leitura, ‘podia’ e ‘pode’ se diferenciam principalmente por dois aspectos: (i) com ‘podia’, o falante veicula não-factualidade, ou seja, a possibilidade de o evento descrito pela prejacente se tornar fato é remota; e (ii) ‘podia’ veicula significados como polidez, sugestão/conselho e desejo do falante de que a prejacente p seja o caso, o que não ocorre com ‘pode’.

Acreditamos que o imperfeito é o principal responsável por essas diferenças entre ‘pode’ e ‘podia’. Segundo Ippolito (2004) e Iatridou (2000), que analisam, respectivamente, o italiano e o grego – os quais, como o PB, codificam no morfema de imperfeito tanto tempo (pretérito) como aspecto (imperfeito) –, o imperfeito pode expressar dois significados: o temporal e o modal. Quando o significado é temporal, o morfema expressa passado real, deslocando o evento descrito pelo verbo para um momento anterior ao momento de fala. Já quando o significado expresso pelo imperfeito é modal, o morfema de imperfeito expressa passado “falso”, ou seja, não causa deslocamento no tempo, mas desloca o falante da sua situação (mundo) real. Esse artigo se volta para a investigação do significado modal do imperfeito.

A análise apresentada aqui é baseada na teoria standard sobre semântica de modais proposta por Angelika Kratzer (1981, 1991, 2008, 2010). Tal proposta introduz a ideia de *modalidade relativa*, em que a interpretação dos modais é contextualmente dependente; e a *semântica de ordenação*, que capta a noção de gradualidade, explicando como podemos interpretar algo como mais ou menos possível. Kratzer (1991, 2008) defende que, apesar dos vários significados que podem ser expressos pelos modais, há um significado central (*common core*) que conecta todas as ocorrências do modal e permanece invariável, independente do contexto. Com base nessa ideia, a autora elenca três ingredientes de

uma sentença modal: a *força modal*, a *base modal* e a *fonte de ordenação*. A força modal é dada pelo item lexical e determina se o modal tem força de necessidade ('dever', 'ter que', 'necessariamente') ou de possibilidade ('poder', 'é possível que'). Os vários significados desempenhados pelos modais (epistêmico, deôntico, teleológico, etc.) são determinados relativamente ao fundo conversacional, composto por dois tipos de informação contextual: a *base modal* e a *fonte de ordenação*.

A base modal é um conjunto de mundos, resultado da aplicação funcional que atribui a cada mundo de W (conjunto universo de mundos) um conjunto de proposições relevantes naquele contexto. Em outras palavras, a base modal é o conjunto de mundos que compartilham fatos relevantes, a partir dos quais avaliamos uma proposição modal no mundo tomado como mundo de avaliação (na maioria das vezes, o mundo real² do falante). Já a fonte de ordenação organiza os mundos da base modal de modo que alguns mundos fiquem mais distantes e outros mais próximos de mundos considerados ideais, dado um parâmetro contextual. Quanto mais próximo dos mundos ideais a fonte de ordenação coloca o mundo, mais possível ele é, numa graduação que vai do impossível (falso em todos os mundos) ao necessário (verdadeiro em todos os mundos próximos ao ideal).

Nessa perspectiva, expressões modais são operadores sobre proposições, as quais denotam conjuntos de mundos. Sendo assim, modais são quantificadores sobre conjuntos de mundos possíveis: modais de possibilidade correspondem à quantificação existencial sobre mundos (há pelo menos um mundo no universo de mundos possíveis em que a sentença é verdadeira) e modais de necessidade correspondem à quantificação universal sobre mundos (em todos os mundos do universo de mundos possíveis a sentença é verdadeira).

² Ao longo deste artigo usaremos termo 'mundo real' como equivalente ao termo 'actual world', normalmente usado em inglês para se referir ao mundo de avaliação, ou mundo do falante.

Neste artigo, propomos que tanto ‘pode-p’ quanto ‘podia-p’ expressam a possibilidade de p, ou seja, que p é possível. Nos termos de Kratzer (1991), uma proposição p é possível, dada uma base modal e uma fonte de ordenação, se sua negação não for necessária. Em outras palavras, há pelo menos um mundo em que p é o caso: p não pode ser falsa em todos os mundos. Entretanto, apesar de ambos expressarem possibilidade, ‘podia’ veicula significados, acreditamos que de ordem pragmática, não veiculados por ‘pode’, como não-factualidade, desejo e polidez. Propomos que essas diferenças se devem à contribuição do imperfeito.

Quanto à contribuição do imperfeito para a diferenciação entre ‘pode’ e ‘podia’ em contextos orientados para o futuro, o que se observa no PB está de acordo com o que a literatura mostra sobre outras línguas, como o italiano (Ippolito, 2004), o francês (Hacquard, 2006) e o grego (Iatridou, 2000), em que o imperfeito é responsável por veicular não-factualidade. A análise do imperfeito neste trabalho será baseada em estudos sobre os condicionais, realizados por Iatridou (2000).

No sentido amplo, a não-factualidade é uma característica dos modais, pois, para expressarmos a possibilidade de um evento acontecer, é necessário que esse evento ainda não seja fato, ou que, no mínimo, não saibamos nada sobre sua factualidade. O sentido de não-factualidade que usamos aqui é aquele em que o falante veicula que, no mínimo, não tem evidências de que a prejacente denotará um fato. Por exemplo, em:

- (3) Mafalda podia viajar.

a interpretação de que Mafalda não vai viajar é não-factual no sentido de que, apesar de haver a possibilidade, o falante veicula que Mafalda viajar não denotará um fato. É a esse sentido que nos referimos aqui, uma vez que analisamos casos orientados para o futuro, em que o falante não tem conhecimento sobre a factualidade da prejacente³.

³ Devemos a ideia de não-factualidade à leitura do trabalho de Oliveira (1988), que trata dos modais ‘dever’

Dado esse quadro geral, este artigo defende que a contribuição do imperfeito constitui a principal diferença entre ‘pode’ e ‘podia’, em especial por veicular a não-factualidade da proposição prejacente. Será discutida a proposta do fator de exclusão de Iatridou (2000) para tratar da contrafactualidade, e veremos que sua intuição, apesar de correta, não é suficiente para explicar como podemos expressar não-factualidade quando o falante é ignorante sobre a factualidade da prejacente.

A proposta apresentada na seção 3 é baseada na ideia de restrição de mundos. Enquanto ‘pode’ restringe os mundos da base modal àqueles mais semelhantes ao curso normal dos acontecimento, dado o parâmetro conhecido no mundo real, ‘podia’ não causa essa restrição, quantificando sobre um conjunto mais amplo de mundos, que inclui tanto mundos semelhantes quanto os mais diferentes do real.

1. Os significados veiculados por ‘pode’ e ‘podia’

Nessa seção, vamos mostrar como ‘pode’ e ‘podia’ se combinam com as fontes de ordenação propostas por Kratzer (1991), e como essas combinações geram os significados de possibilidade estereotípica, deôntica, teleológica e bulética⁴. Como vimos, a base modal atribui a cada mundo w um conjunto de mundos possíveis compatíveis com w , e esses mundos podem estar mais próximos ou mais distantes do ideal determinado pela fonte de ordenação. Kratzer (1991:664) define a fonte de ordenação, com base na proposta de David Lewis, como um conjunto de proposições A que induz uma ordenação \leq_A em W (conjunto de mundos) da seguinte maneira:

e ‘poder’ no PE. De forma distinta, a contrafactualidade, conforme Iatridou (2000), refere-se àquilo que é contrário aos fatos, portanto algo só pode ser contrafactual ao presente ou ao passado, nunca ao futuro.

⁴ O termo ‘bulética’ é uma tradução livre da expressão ‘bouletic’ encontrada em Kratzer (1981, 1991) e outros autores para se referir à modalidade que expressa o que é possível ou necessário de acordo com os desejos ou expectativas de alguém. Visto que a literatura não deixa claro de quem é o desejo em questão, aqui consideramos que seja o desejo do falante.

para todo w, w' que pertencem a W , para qualquer $A \vdash B(W)$: $w \leq_A w'$ sse
 $\{p: p \vdash A \text{ e } w' \vdash p\} \vdash \{p: p \vdash A \text{ e } w \vdash p\}$

Em outras palavras, um mundo w está tão próximo dos ideais representados por A quanto w' se todas as proposições de A que são verdadeiras em w' são também verdadeiras em w .

Não há uma lista definida de quantas e quais são as fontes de ordenação, mas entre as mais comuns, estão: a *fonte deôntica*, cujo parâmetro é o que a lei prediz; a *fonte teleológica*, cujo parâmetro é um objetivo a ser alcançado; a *fonte estereotípica*, cujo parâmetro é o curso normal dos eventos; e a *bulética*, cujo parâmetro é aquilo que se deseja. A seguir, veremos como 'pode' e 'podia' se combinam com essas fontes.

O verbo 'poder' tem leitura deôntica quando é usado para conceder uma permissão. Nesse caso, o parâmetro para a ordenação dos mundos é um conjunto de leis, ou regras. Imagine uma situação em que, para que Mafalda possa sair à noite, ela precise da autorização do pai. O conjunto de regras, nesse caso, é o conjunto das regras impostas pelo pai, que então profere:

(4) Mafalda pode sair à noite.

A sentença expressa que, conforme as regras determinadas pelo pai, é permitido que Mafalda saia à noite. Os mundos ideais são aqueles em que as regras do pai são obedecidas. A possibilidade, nesse contexto, denota que, entre os mundos próximos aos ideais, há pelo menos um em que Mafalda sai à noite. Em outros termos, os mundos próximos aos ideais não podem ser todos mundos em que Mafalda não sai à noite⁵. Por outro lado, a sentença:

⁵ Está claro que leis/regras não são necessariamente obedecidas. Essa é uma das questões levantadas por Kratzer (1981, 1991, 2008, 2010) em seu trabalho, e que justifica considerar a graduação na modalidade, explicada pela proposta da fonte de ordenação.

- (5) Mafalda podia sair à noite.

só se combina com a fonte deôntica quando o morfema de imperfeito realmente denota passado. A sentença (5) expressa que, conforme as regras do pai, havia no passado a permissão de Mafalda sair à noite. Enquanto ao proferir a sentença (4) o pai realiza um ato de fala performativo, concedendo a permissão ao proferir a sentença, em (5) a sentença não é um ato de fala performativo, mas somente um relato da permissão concedida no passado. Portanto, no que concerne à fonte de ordenação, tanto ‘pode’ quanto ‘podia’ têm leitura deôntica, mas apenas quando ‘podia’ expressa passado real (*podia_t*).

Outra leitura veiculada por ‘pode’ e ‘podia’ é a teleológica, a qual leva em conta o que pode ser feito para um objetivo ser alcançado. Imagine que Mafalda brigou com o namorado e está se sentindo mal por isso. Seu pai, pensando no que fazer para diminuir o mal-estar da filha, profere ou (6.a) ou (6.b):

- (6) a. A Mafalda pode pedir desculpas pra ele.
 b. A Mafalda podia pedir desculpas pra ele.

As sentenças acima expressam que pedir desculpas ao namorado é uma maneira de Mafalda alcançar o objetivo de diminuir seu mal-estar. Os mundos ideais são aqueles em que é diminuído o mal-estar de Mafalda e os mundos são ordenados de modo que, próximo aos ideais, há pelo menos um mundo em que ela pede desculpas. Nesse caso, tanto ‘pode’ quanto ‘podia’ se combinam com a fonte teleológica. Entretanto, a diferença entre (6.a) e (6.b) se mantém, mas não está na fonte de ordenação, nem no tempo da possibilidade (na perspectiva), nem no tempo de orientação, mas possivelmente em fatores de ordem pragmática desencadeados por ‘podia’, como a veiculação de sugestão ou polidez.

A fonte estereotípica é aquela determinada pelo que o falante sabe sobre o curso normal dos eventos. Ao proferir uma sentença modal com ordenação estereotípica, o falante realiza uma inferência do tipo 'Dado o que eu sei sobre como é o curso normal dos acontecimentos, concluo que é possível que p'. A situação-exemplo agora é a seguinte: faz muito tempo que não chove, o tempo está abafado e há muitas nuvens escuras no céu. Esse cenário indica que é possível que chova, caso os acontecimentos se desenvolvam normalmente. Sabendo disso o falante profere (7.a) ou (7.b):

- (7) a. Pode chover.
b. Podia chover.

Tanto (7.a) como (7.b) são adequadas para serem proferidas em um contexto estereotípico: dado que o tempo está abafado e há muitas nuvens no céu, pode/podia chover. Os mundos ideais são aqueles em que os acontecimentos seguem seu curso normal (não há nenhum acidente metereológico, por exemplo) e a fonte estereotípica ordena os mundos de modo que, próximo aos ideais, há pelo menos um mundo em que chove.

Entretanto, a proposta desse artigo vai além de explicar 'pode' e 'podia' em termos de compatibilidade com a fonte estereotípica. Como veremos, propomos mostrar a diferença entre 'pode' e 'podia' por meio de restrição de mundos, realizada por 'pode' mas não por 'podia', com base nas evidências disponíveis ao falante sobre a factualidade do evento denotado pela prejacente: quanto mais ou melhores evidências a favor dessa factualidade, mais o falante tende a usar 'pode'. Voltaremos a esse assunto mais adiante.

A última fonte de ordenação discutida aqui é a bulética, a qual organiza os mundos da base modal de acordo com o desejo do falante. Considerando o mesmo cenário meteorológico já descrito, imagine que

o falante está sofrendo com o clima abafado e deseja muito que o tempo refresque. Nessa situação ele profere (8.b), mas não pode proferir (8.a) com felicidade:

- (8) a. # Pode chover⁶.
- b. Podia chover.

A sentença (8.b) expressa o desejo do falante de que chova. Já (8.a) não veicula desejo. Portanto, ‘podia’ é compatível com a fonte bulética, mas ‘pode’ não. Os mundos ideais são aqueles em que se realizam os desejos do falante. Vamos argumentar que a interpretação de desejo, disparada apenas por ‘podia’, é um tipo de implicatura conversacional generalizada no PB. O argumento para essa proposta é que ‘podia’ sempre expressa possibilidade, mas pode também expressar significados intimamente ligados à subjetividade do falante. Tais significados não-proposicionais estão relacionados à característica do imperfeito em veicular não-factualidade.

2. Modalizando com o imperfeito

O imperfeito tem a função de “distanciar” ou “remover” o falante do momento e local em que ele se encontra (Ippolito, 2004), o que o torna intimamente relacionado com a função modal de “deslocamento” elencada por Charles Hockett. Segundo von Fintel (2006), uma sentença modalizada tem a propriedade de localizar a sentença prejacente no campo das possibilidades, deslocando nossa reflexão do *aqui e agora* para o domínio do *possível*.

Nesta seção, vamos analisar a relação do imperfeito com a veiculação do distanciamento do falante em relação à factualidade da prejacente, uma das características de ‘podia’. Acreditamos que a partir desse distanciamento é que se dá a veiculação da “contrafactualidade”, a qual

⁶ Usamos o símbolo # para indicar incompatibilidade de ‘pode’ com a fonte bulética.

trataremos, em seguida, com base no trabalho de Iatridou (2000) sobre condicionais contrafactuals. Buscaremos mostrar que sua proposta de *fator de exclusão*, embora intuitivamente correta, não é suficiente para dar conta da interpretação de ‘podia’. Como já mencionamos, ‘pode’ expressa uma possibilidade presente e ‘podia’ uma possibilidade passada ou presente, dependendo do contexto. Dadas as sentenças:

- (9) a. Mafalda pode viajar.
b. Mafalda podia viajar.

a sentença (9.a) expressa que, no momento de fala, é possível que Mafalda viaje. Tal sentença é incapaz de expressar a possibilidade de que a viagem de Mafalda tenha ocorrido no passado, dada a agramaticalidade de (10):

- (10) * Mafalda pode viajar ontem.

Para expressar passado do evento descrito pela prejacente é preciso utilizarmos o passado perfeito composto, como em:

- (11) Mafalda pode ter viajado ontem.

Mas repare que o tempo passado é apenas da proposição prejacente ('Mafalda ter viajado ontem'): a possibilidade é ainda presente. A viagem de Mafalda, se ocorreu, ocorreu no dia anterior ao proferimento de (11). Já ‘podia’ pode expressar uma possibilidade passada, já que é compatível com advérbios de passado, conforme se verifica em (12):

- (12) Mafalda podia viajar ontem.

Nesse caso, o falante expressa uma possibilidade passada, independente de saber ou não se o evento de viagem ocorreu – pode ter ou não ocorrido. Há ainda a veiculação de não-factualidade, ou seja, a

sentença veicula que Mafalda não viajou.

O imperfeito também pode expressar um hábito⁷ passado ou um evento passado em aberto no qual se inclui o momento de referência (a chegada de Mafalda):

- (13) a. Mafalda tomava café todos os dias.
- b. Mafalda dormia quando Susanita chegou.

As sentenças veiculam que Mafalda tinha, em um ponto anterior ao momento de fala, o hábito de tomar café todos os dias (13.a) e que a chegada de Susanita em (13.b) (momento de referência) está incluída no momento em que Mafalda dormia (momento do evento) e ambos são anteriores ao momento de fala.

Há usos, entretanto, em que o morfema de imperfeito não codifica passado. Por exemplo, tanto sentenças com ‘pode’ como com ‘podia’ podem ser complementadas com advérbio de futuro, como mostram as sentenças em (14):

- (14) a. Mafalda pode viajar amanhã.
- b. Mafalda podia viajar amanhã.

Ambas expressam a possibilidade de Mafalda viajar no dia seguinte ao do proferimento, mas a contribuição de ‘pode’ e ‘podia’ não é igual nas duas sentenças. Com (14.b) o falante expressa que é possível que a viagem ocorra no dia seguinte ao do proferimento, mas veicula que não acredita que ela irá ocorrer.

⁷ Este artigo analisa ‘podia’, forma imperfeita de ‘poder’, um auxiliar modal. Parece correto considerar que o significado de um verbo no imperfeito seja resultado da interação entre o significado expresso pelo radical e o significado expresso pelo morfema de imperfeito, o que nem sempre gera os mesmos resultados para todos os verbos. Por exemplo, o hábito veiculado pelo imperfeito em verbos plenos (13.a e 13.b) não ocorre em ‘podia’, visto que, para uma sentença como ‘Mafalda podia viajar’ a paráfrase ‘Mafalda tinha o hábito de poder viajar’ não é aceitável. Isso se dá em razão de um auxiliar não aceitar leitura de hábito. No entanto, uma análise unificada para o imperfeito tem seu lugar, uma vez que há significados, como a contrafactualidade (ou não-factualidade), recorrentes no imperfeito em qualquer tipo de verbo.

Um outro exemplo. Imagine que você está em um bar lotado, seus amigos chegam e a sua mesa não tem espaço suficiente para eles. Você então aponta para as pessoas da mesa ao lado e diz a um dos seus amigos:

- (15) Eles podiam levantar e ir embora pra vocês sentarem.

Essa sentença não expressa que as pessoas da mesa tinham, antes do momento de fala, o hábito de poder levantar e ir embora. Nem que há um momento antes do momento de fala de elas poderem levantar e ir embora. A interpretação da sentença é que, no momento de fala, há a possibilidade de as pessoas levantarem e irem embora, apesar de o falante veicular a falta de evidências a favor de que o evento denotado pela prejacente ocorra e, com isso, sua descrença sobre o tal evento ocorrer. Dado que a ocorrência do evento seria conveniente para o falante nesse contexto, ele também veicula seu desejo de que o evento ocorra. Veremos a questão do desejo com mais detalhe na última seção.

2.1 A contrafactualidade e a exclusão de mundos

Iatridou (2000) analisa a contrafactualidade dos condicionais no grego moderno, os quais são construídos com verbos no imperfeito, como também é caso do português contemporâneo. Conforme a autora, a contrafactualidade se refere a construções gramaticais que expressam situações contrárias aos fatos, o que significa que uma situação pode ser contrafactual ao presente ou ao passado, nunca ao futuro, já que o futuro não é fato. Neste trabalho, portanto, as situações que se referem ao futuro serão mais adequadamente chamadas de não-factuais, no sentido de que a possibilidade de o evento descrito pela prejacente expresse um fato seja remota.

Seguindo a linha de Stalnaker (1975), Iatridou (2000) trata a contrafactualidade como uma implicatura conversacional, e mostra dois argumentos a favor disso. Primeiro, a contrafactualidade pode

ser cancelada sem produzir contradição. O exemplo de Stalnaker, reproduzido por Iatridou (2000) e traduzido aqui, é:

- (16) Se o paciente tivesse sarampo, ele teria exatamente os sintomas que tem agora. Nós concluímos, portanto, que o paciente tem sarampo.

O exemplo mostra que um condicional contrafactual é adequado em situações em que o falante não acredita que o antecedente é verdadeiro (Iatridou, 2000, p.232).

Argumentamos, na mesma direção, que uma sentença com ‘podia’ é adequada quando o falante não acredita que a prejacente é verdadeira, porém a contrafactualidade, como no condicional, pode ser cancelada, como vemos em (17). Considere ‘(...)’ como um intervalo para verificação:

- (17) Mafalda podia estar em casa. (...) E ela está mesmo.

A primeira parte da sentença, ‘Mafalda podia estar em casa’, veicula que, apesar de ser possível, o falante não acredita que Mafalda esteja em casa. Essa não-factualidade, entretanto, é cancelada com a segunda parte da sentença quando, depois de um momento para verificação, o falante afirma que ela está em casa, ou seja, verifica que a prejacente ‘Mafalda estar em casa’ é factual.

O segundo argumento em favor de tratar a contrafactualidade como implicatura é que podemos assertar a falsidade do antecedente sem produzir redundância. O exemplo de Stalnaker, reproduzido por Iatridou (2000) é:

- (18) Se o mordomo tivesse sido o assassino, nós teríamos encontrado sangue na faca. A faca estava limpa; portanto, o mordomo não foi o assassino.

Se a primeira sentença assertasse que o mordomo não foi o assassino, então a última sentença soaria mais como uma repetição de uma informação já obtida do que como uma conclusão, e não é isso o que ocorre. Uma sentença com 'podia' produz efeito semelhante:

- (19) Mafalda podia estar em casa agora, mas não está.

Com (19) não estamos repetindo uma informação. Logo, a sensação de que com 'podia' estamos expressando algo contrário aos fatos é uma implicatura.

Iatridou (2000, p. 234) também mostra que a morfologia de passado nos condicionais pode não expressar passado. Os exemplos da autora são em inglês⁸, mas os exemplos em português mostram o mesmo fenômeno:

- (20) a. Se ele tivesse tomado o xarope, ele teria/tinha ficado melhor.
b. Se ele tomar o xarope ele vai ficar melhor.
c. Se ele tomasse o xarope ele ficava/ficaria melhor.

A sentença (20.a) é um contrafactual passado, e veicula que a pessoa não tomou o xarope em algum ponto do passado. Já (20.b) e (20.c) se referem ao futuro, a algo que ainda pode ser realizado (ou seja, ainda é possível que ele venha a tomar o xarope), e por isso, conforme a definição de contrafactualidade assumida pela autora, não são contrafactuals.

Embora tanto (20.b) quanto (20.c) sejam orientadas para o futuro, há entre elas a diferença morfológica. Para (20.c), onde a morfologia é de passado, Iatridou (2000) usa o termo *future less vivid* (futuro menos

⁸ No artigo de Iatridou (2000), correspondem a (47) os exemplos:

(5) If he had taken this syrup, he would have gotten better. (Iatridou, 2000, p. 233)

(7) If he takes this syrup, he will get better.

(8) If he took this syrup, he would get better. (Iatridou, 2000, p. 234)

vívido), ou FLV. Para (28.b), em que a morfologia é de presente, a autora usa o termo *future neutral vivid*, ou FNV. Sendo ambos orientados para o futuro, a morfologia de passado em (28.c) não expressa passado, o que a autora chama então de *fake tense* (tempo falso). Como já mostramos, esse parece também ser o caso quando ‘podia’ não expressa uma possibilidade passada (*podia*)⁹. Na leitura de passado falso, a sentença abaixo expressa que há a possibilidade, no momento de fala, de Mafalda viajar no dia posterior ao momento de fala:

- (21) Mafalda podia viajar amanhã.

Nesse caso, a diferença entre a sentença acima e a mesma sentença com ‘pode’ é que na sentença com ‘podia’ o falante expressa sua descrença de que Mafalda viajar amanhã se tornará fato. Sendo assim, podemos dizer que ‘podia’ se comporta como um FLV, enquanto ‘pode’ se comporta como FNV.

Iatridou (2000) coloca que no condicional FLV há a implicatura de que o mundo real é mais plausível de se tornar um mundo não-p do que um mundo p (Iatridou, 2000:234) – no caso de (20.c) que é mais provável que ele não tome o xarope –, o que corrobora a intuição captada em sentenças com ‘podia’:

- (22) a. Mafalda podia pagar a conta.
 b. Mafalda podia estar em casa.
 c. Mafalda devia estudar mais.
 d. Mafalda devia ser solteira.

As sentenças acima veiculam que o falante não acredita que Mafalda vá pagar a conta (22.a), que ela não está em casa (22.b), que ela estuda pouco (22.c) e que ela não é solteira (22.d). A morfologia de

⁹ Interessante notar que uma sentença com ‘podia’ pode servir como consequente de um condicional FLV, assim como uma sentença com ‘pode’ pode ser o consequente de um condicional FNV. Em PB, temos as seguintes construções:

(i) a. Se ele tomar o xarope, ele pode ficar melhor.
 b. Se ele tomasse o xarope, ele podia ficar melhor.
 c. * Se ele tomasse o xarope, ele pode ficar melhor.

imperfeito nos modais provoca a interpretação de que, apesar de haver a possibilidade, o evento descrito pela prejacente não é ou não será um fato. As mesmas sentenças com 'pode' não veiculam a não-factualidade da prejacente, como mostram os exemplos. Ao contrário, expressam uma possibilidade mais objetiva:

- (23) a. Mafalda pode pagar a conta.
- b. Mafalda pode estar em casa.
- c. Mafalda deve estudar mais.
- d. Mafalda deve ser solteira.

A questão que surge nesse ponto é: se o morfema que deveria expressar passado não está expressando passado, qual será a função dele dadas as circunstâncias acima descritas? Iatridou (2000) propõe responder essa pergunta com o *fator de exclusão*, em que o elemento cuja realização fonética chamamos de morfema de imperfeito promove um significado do tipo:

$$T(x) \text{ exclui } C(x)$$

A variável x pode se referir a tempo, ou a mundos. T se refere a tempos ou mundos tópicos, ou seja, aqueles sobre os quais o falante está falando. C se refere ao tempo ou mundo do falante no momento de fala. Temos um passado real quando a variável x representa tempo e um passado falso quando a variável x representa mundos. Aplicando essa proposta para o nosso problema, a sentença (24) abaixo pode ter a interpretação (i) ou (ii), dependendo do contexto:

- (24) Mafalda podia viajar.
- (i) $\text{podia}_1 : T(t) \text{ exclui } C(t)$
- (ii) $\text{podia}_2 : T(w) \text{ exclui } C(w)$

Na leitura (ii), na qual focamos neste trabalho, o mundo real C é excluído dos mundos tópicos T. Deveríamos dizer então que o morfema ‘-ia’ atua excluindo o mundo real dos mundos sobre os quais o falante está falando, ou seja, o mundo real do falante é um mundo em que Mafalda não viaja.

A intuição por trás da semântica de exclusão proposta por Iatridou (2000) é correta, porém a proposta não discrimina o contexto contrafactual – em que o falante sabe que o evento descrito pela prejacente não ocorre – do contexto onde o falante é ignorante sobre a factualidade da prejacente, como nos casos orientados para o futuro. Nesse segundo caso, se o falante é ignorante sobre a ocorrência do evento descrito pela prejacente, ele não sabe se o mundo real é um mundo p e, portanto, não sabe se deve ou não excluir o mundo real dos mundos tópicos. Em muitos casos, ele não quer excluir o mundo real dos mundos tópicos, como na situação a seguir.

Imagine um contexto em que Mafalda tem pressa de pegar um ônibus para ir à universidade. Ela está em uma parte da cidade aonde não costuma ir e não conhece o itinerário dos ônibus. Tudo o que ela sabe é que na parada à qual ela está se dirigindo passa um ônibus com destino à universidade, mas ela não sabe o horário, nem a empresa. Assim que ela chega à parada, vê um ônibus vindo ao longe, mas, sem conseguir enxergar o letreiro, não sabe se é o seu ônibus ou não. Mafalda então profere:

(25) Aquele podia ser o meu ônibus!

Os mundos tópicos da sentença acima, ou seja, os mundos sobre os quais Mafalda está falando, são mundos em que aquele ônibus vindo ao longe é o seu ônibus. Mas note que ela não quer excluir o mundo real. Ao contrário, ela gostaria que o mundo real fosse um mundo em que aquele é o seu ônibus. Com (25), dado que Mafalda sabe que naquele ponto passa o seu ônibus (o ônibus não passar não é uma necessidade),

aquele ônibus vindo ao longe pode ser o seu. Porém, como ela não tem outra informação que garanta uma possibilidade mais objetiva (por exemplo, ela não conhece o itinerário nem a empresa), ela usa 'podia' em vez de 'pode'. Logo, Mafalda não está excluindo seu mundo real dos mundos tópicos, pois, dado que para ela é conveniente que aquele seja o seu ônibus, ela mantém o mundo real entre os mundos tópicos.

A exclusão de mundos também não dá conta de explicar como podemos expressar gradualidade, ou seja, como expressamos que uma coisa é mais ou menos possível que outra. A proposta de Iatridou (2000) apenas dá conta do fato de o falante excluir o seu mundo real dos mundos tópicos, e com isso implica que o mundo real é mais plausível de se tornar um mundo não-p do que um mundo p. Nesse aspecto, a proposta das fontes de ordenação dada por Kratzer (1981, 1991) pode oferecer uma explicação melhor. No caso da sentença acima, além de não excluir seu mundo real dos mundos tópicos, há uma ordenação na base modal da sentença de Mafalda que coloca o mundo real dela distante dos mundos ideais em que aquele é de fato o ônibus certo. O mundo real, portanto, não está excluído, mas talvez 'afastado', porque o falante veicula que não acredita que aquele é seu ônibus, ou que não tem evidências para afirmar que aquele pode ser o seu ônibus.

Sendo assim, o máximo que o fator de exclusão de Iatridou (2000) explica é que o falante acredita que a proposição prejacente não vai ser o caso. A exclusão de mundos dos mundos tópicos não explica como veiculamos que os mundos excluídos são menos plausíveis.

3. A restrição de mundos

Umas das diferenças intuitivamente captadas entre sentenças com 'pode' e 'podia' é que sentenças com 'podia' veiculam a não-factualidade da proposição prejacente. Voltando ao exemplo sobre a possibilidade de chuva:

- (26) a. Pode chover logo.
 b. Podia chover logo.

Como já mencionamos, consideramos que tanto ‘pode’ quanto ‘podia’ expressam possibilidade, suas diferenças são de ordem pragmática e se devem à contribuição do imperfeito. Qual seria diferença entre (26.a) e (26.b), então? O falante que profere tais sentenças não só expressa possibilidade de chuva (porque a negação da prejacente ‘Não chove’ não é uma necessidade, ou seja, há pelo menos um mundo possível em que chove) como também implica que o mundo tende a ser um mundo p (“Chove”) com (26.a) e implica que o mundo tende a ser um mundo não-p (“Não chove”) com (26.b).

Por exemplo, imagine que faz um dia de muito calor, sem nuvens e muito sol. Não há evidência nenhuma de que possa chover. Entretanto, a sentença em (27.b) é bem adequada à situação, enquanto (27.a) não é:

- (27) a. # Pode chover.
 b. Podia chover.

Dado um contexto em que o falante não vê evidência nenhuma de que irá chover, e está sofrendo com o calor, o falante expressa (27.b) com felicidade, mesmo sem evidência nenhuma de chuva. Note que entre as sentenças (27), quando complementadas por uma negativa, (27.b) é melhor que (27.a):

- (28) a. #Pode chover, mas não vai.
 b. Podia chover, mas não vai.

A aparente estranheza de (28.a) se deve ao fato de o falante expressar que há uma possibilidade objetiva de chuva, implicando que acredita nessa possibilidade pelo fato de possuir evidências para acreditar nisso e, logo

em seguida, afirma que não vai chover, contrariando a expectativa inicial. Já a sentença (28.b), com o mesmo complemento, não soa paradoxal. A adequação de (28.b) se deve ao fato de que a crença veiculada pelo falante é compatível nas duas partes da sentença: na primeira parte, o falante expressa a possibilidade de chuva e, devido ao imperfeito, que veicula não-factualidade, implica que não vai chover. Logo em seguida, o falante afirma que não vai chover, reforçando a implicatura.

As sentenças acima podem também ter complementos positivos. Considerando os três pontos como representando um intervalo de tempo para checagem de informação, temos:

- (29) a. Pode chover (...) e vai chover mesmo.
- b. Podia chover (...) e vai chover mesmo

A possibilidade de reforçar sem redundância e negar sem contradizer uma sentença, nos indica que a não-factualidade veiculada por ‘podia’ e a factualidade veiculada por ‘pode’ são implicaturas conversacionais, portanto, inferências canceláveis. A proposta que vamos esboçar aqui segue uma ideia de restrição de mundos. Nessa proposta, a não-factualidade e o desejo veiculados por ‘podia’ podem ser derivados de operações formais, mas, em vez de exclusão, como proposto por Iatridou (2000), propomos que a semântica do imperfeito é de identidade: como não há evidências que indiquem a tendência do mundo real em ser um mundo p, ‘podia’ retorna o mesmo conjunto de mundos, logo não há uma restrição de mundos àqueles mais semelhantes ao mundo real, ou seja, àqueles que mais compartilham evidências com o mundo real. Ao contrário, ‘pode’ restringe o conjunto de mundos àqueles mais de acordo com o que se sabe sobre a normalidade no mundo real.

Tomamos como referência de análise uma base modal epistêmica e uma fonte de ordenação estereotípica, em que o parâmetro de ordenação é o curso normal dos acontecimentos no mundo de avaliação (o mundo real do falante). A ideia é que uma sentença com ‘pode’ restringe os

mundos da base modal àqueles mais compatíveis ao curso normal do acontecimentos no mundo real. Para a apresentação da proposta, considere um cenário cujo tema é a possibilidade de Mafalda viajar, com a sentença abaixo:

(30) Mafalda pode viajar.

Suponha que o conjunto de mundos denotado pela base modal seja $\cap f(w) = \{w, w_1, w_2, w_3, w_4\}$, os quais compartilham fatos relevantes, como Mafalda está de férias e Mafalda gosta de viajar. Entretanto, somente em w, w_1 e w_2 se sabe, além disso, que Mafalda fez reserva em um hotel, comprou guias de viagem e uma mala nova. Com essas informações, podemos dizer que w_1 e w_2 são mais semelhantes a w do que w_3 e w_4 . Então, w_3 e w_4 são excluídos por ‘pode’ e o resultado é uma base modal restrita que contém apenas w, w_1 e w_2 , os mundos mais semelhantes entre si. Com tal restrição, o modal quantifica sobre menos mundos (pois estão restritos aos mais semelhantes), o que expressa uma possibilidade mais forte, implicando que o mundo real w está entre os mundos p.

Essa restrição indica que o falante acredita na tendência de o mundo real ser um mundo p, o que torna p mais provável, pois o conjunto de mundos é mais restrito. Em outras palavras, ao proferir uma sentença como (30), o falante veicula que dispõe de evidências objetivas a favor de que a prejacente denotará um fato, ou seja, será o caso. Assim, quando o falante profere (30) o que ele expressa é que, dado um conjunto de mundos restrito àqueles mais de acordo às evidências que ele tem do mundo real, com base no que se sabe sobre a normalidade no mundo real, há pelo menos um mundo em que Mafalda viaja.

Considere novamente o conjunto de mundos denotado pela base modal seja $\cap f(w) = \{w, w_1, w_2, w_3, w_4\}$. Agora, *tudo* o que o falante sabe é que esses mundos compartilham fatos relevantes como Mafalda está

de férias e gosta de viajar. O falante não tem mais informação sobre quais mundos são mais semelhantes entre si e ao mundo real, ou seja, quais mundos compartilham mais fatos com o mundo real. Sem essa informação, não há base para restringir os mundos, e o falante profere (31):

- (31) Mafalda podia viajar.

Sem restrição, a base modal resultante é idêntica à base modal inicial. Isso porque o imperfeito admite também mundos muito diferentes do mundo atual. O falante também usa 'podia-p' mesmo se ele sabe que p não é o caso no mundo real. Com (39) o falante expressa a possibilidade de Mafalda viajar, mas veicula que a viajem não ocorrerá, pois lhe faltam evidências que sustentem uma afirmação mais objetiva sobre a possibilidade de Mafalda viajar.

Esse raciocínio nos leva a assumir que, para expressar a possibilidade de p com 'podia' é preciso considerar que esse (pelo menos um) mundo em que p é o caso possa estar além do conjunto restrito de mundos. Já que o modal, nesse caso, quantifica sobre uma conjunto mais amplo de mundos, e o falante não tem muitas evidências sobre como é o mundo real, fica mais difícil estabelecer se o mundo real tende a ser um mundo p. A contrafactualidade é derivada do fato de 'podia' incluir mundo diferentes do real. Para isso é preciso considerar que p pode ser o caso em mundos diferentes do real e que o mundo real, é claro, não faz parte desses mundos. Nesse caso, o falante veicula uma possibilidade trivial, porque no amplo conjunto de mundos, deve haver pelo menos um em que Mafalda viaja. Contraste essa situação com a sentença:

- (32) É pouco provável que Mafalda viaje.

Com (32) o falante veicula que tem evidências que indicam que a possibilidade de Mafalda viajar é pouca, o que é diferente de não ter evidência nenhuma de que Mafalda vá viajar, como é possível com ‘podia’. No caso de (31), o falante veicula que não tem evidência alguma e expressa uma possibilidade trivial. Sem evidências para fazer uma asserção mais precisa sobre como tende a ser o mundo real, ele pode ser tanto semelhante a mundos p quanto a mundos não-p, dada a falta de evidência do falante. Sem o respaldo das evidências, o falante não se compromete em expressar uma possibilidade mais objetiva usando uma sentença com ‘pode’, que restringe a base a mundos mais semelhantes ao mundo real organizando-os conforme um parâmetro de normalidade.

3.1 Implicando não-factualidade e desejo

A veiculação de não-factualidade é uma característica fortíssima em ‘podia’, e captada na primeira interpretação dada pelos falantes em geral. Seu cancelamento é também difícil de ser aceito pelos falantes informalmente consultados. Tanto que, se retomarmos as sentenças (28.b) e (28.b), reescritas abaixo como (33):

- (33) a. Podia chover, mas não vai.
- b. Podia chover (...) e vai chover mesmo.

Observamos que (33.a), em que a implicatura é reforçada, é facilmente aceita fora de contexto, enquanto (33.b) parece exigir um esforço maior para interpretação para ser aceita como uma sentença boa.

Apesar dessa observação, como mostramos nas sentenças acima, a não-factualidade veiculada por ‘podia’ pode ser reforçada sem redundância e negada sem contradição, o que nos indica se tratar de uma implicatura. Nessa seção, buscaremos explicar como derivar da operação de restrição de mundos a implicatura de não-factualidade e a interpretação de desejo veiculados por ‘podia’.

Como já mencionamos na proposta de restrição de mundos, ‘podia’ não restringe os mundos àqueles mais de acordo com as evidências no mundo real. ‘Podia’ quantifica existencialmente sobre um conjunto mais amplo de mundos, que inclui tanto mundos mais semelhantes quanto mais diferentes do real (que compartilham mais ou menos evidências com o real). Nesse caso, pelo princípio griceano, o falante estaria falando também de circunstâncias as quais ele não acredita ser verdade e, com isso, disparando implicaturas. A questão que surge é: por que razão o falante, ao usar ‘podia’, expressa a possibilidade de p (‘podia-p’ expressa que não-p não é necessária) incluindo no domínio de quantificação mundos em que tendem a ser não-p? Falar sobre uma coisa na qual não se acredita ou da qual não se tem evidência, segundo Grice (1975), é ferir o Princípio de Cooperação, o que desencadeia implicaturas. No caso de sentenças com ‘podia’, ao incluir no domínio de quantificação mundos que tendem a ser não-p, o falante veicula que não acredita que p será o caso, ou ao menos que considera a possibilidade (ou a existência de mundos) em que p não será o caso, justamente porque falante não tem (ou veicula não ter) evidências que indiquem a tendência do mundo real para ser um mundo p. Caso tais evidências existissem, o falante proferiria a sentença mais informativa, com ‘pode’. Com isso, uma sentença com ‘podia’ é menos informativa, dada a amplitude do conjunto de mundos sob quantificação, e dispara uma implicatura de não-factualidade.

Assim como a não-factualidade, outra interpretação fortemente atribuída a ‘podia’ é a interpretação de desejo, como já mencionamos algumas vezes ao longo deste texto. Retome o exemplo do ônibus (25). Mafalda precisa pegar um ônibus para ir à universidade e tudo o que ela sabe é que no ponto X passa o seu ônibus. Ela não sabe a que horas, nem qual a empresa. Acrescente o fato de ela estar atrasada e precisar muito que seu ônibus passe logo. Ela então vê um ônibus vindo ao longe e profere:

- (34) Aquele podia ser meu ônibus.

Como já discutimos, o mundo real não está sendo excluído dos mundos tópicos, já que Mafalda não sabe se aquele é seu ônibus, e mais, o contexto nos diz que é conveniente para ela que aquele seja seu ônibus. Em outras palavras, Mafalda não quer excluir o mundo real dos mundos em que aquele é o seu ônibus. Na verdade, ela veicula que deseja que aquele seja seu ônibus.

Assim como a não-factualidade, também a interpretação de desejo em ‘podia’ pode ser reforçada sem redundância e cancelada sem contradição:

- (35) a. Aquele podia ser meu ônibus, eu quero muito que seja.
- b. Aquele podia ser meu ônibus, mas eu não quero que seja.

O mecanismo que propomos aqui para explicar a interpretação de desejo¹⁰ em ‘podia’ está estreitamente relacionado à veiculação de não-factualidade, e parte da questão seguinte: por que razão o falante expressa a possibilidade de uma proposição a qual ele não tem evidência de que denote uma verdade?

Ao incluir mundos distantes dos mundos p no domínio de quantificação do modal, o falante implica que não tem evidências de que p será o caso. A veiculação de desejo se dá quando, entre os mundos mais distantes de p, ou seja, mundos que tendem a ser mundos não-p, se localizam os mundos em que os desejos do falante são realizados. Já que com ‘podia’ o falante veicula que não acredita que o mundo real é um mundo p, e com a intuição de que dedicamos nosso desejo àquilo que não possuímos (ou àquilo que não é o caso), o falante profere a possibilidade de uma proposição p, sobre a qual ele não tem evidência, e com isso veicula seu desejo de que p seja o caso no mundo real.

¹⁰ A prosódia com que é proferida uma sentença com ‘podia’ também contribui para a interpretação de desejo. Pessotto e Teixeira (2011) identificam que determinada prosódia, com aumento de pitch no ditongo ‘-ia’, distingue sentenças com ‘podia’ que veiculam desejo de sentenças com a mesma construção mas com prosódia de declarativa.

Considerações finais

Neste artigo, nos baseamos em uma ideia de restrição de mundos ao propor uma análise para dar conta da diferença entre ‘pode’ e ‘podia’, a forma presente e imperfeita de ‘poder’, o verbo de possibilidade prototípico do PB. Consideramos a forma ‘podia’ quando o verbo não expressa passado, ou seja, quando o evento descrito pela proposição prejacente está orientado para o futuro, e licencia construções como “Podia chover amanhã”. Nesse contexto orientado para o futuro, defendemos que tanto ‘pode’ quanto ‘podia’ expressam possibilidade (ou seja, p é possível pois não-p não é uma necessidade). As diferenças entre ‘pode’ e ‘podia’ se devem, então, à contribuição do imperfeito em ‘podia’, que veicula não-factualidade e desejo do falante.

Propusemos que ‘pode’ restringe o conjunto de mundos quantificados pelo modal àqueles que compartilham mais evidências com mundo real w, dadas as evidências que o falante tem sobre o curso normal dos acontecimentos em w. Já ao proferir ‘podia’ o falante não dispõe de tais evidências e, portanto, inclui no domínio de quantificação tanto mundos semelhantes quanto mundos mais diferentes do mundo real, já que não têm parâmetro que diga como é a normalidade no mundo real. Por essa razão, ‘podia’ quantifica sobre um conjunto mais amplo de mundos, e, por incluir qualquer tipo de mundos, inclusive aqueles em que p tende a não ser o caso, dispara a implicatura de não factualidade, ou seja, de que o mundo real não é um mundo p (em que a prejacente é o caso). Da não-factualidade veiculada por ‘podia’, em que o falante fala sobre a possibilidade de algo de que não tem evidências de que possa denotar uma verdade, derivamos a veiculação de desejo: entre os mundos mais distantes dos mundos p (mundos em que p é o caso) estão os mundos preferidos do falante, ou seja, mundos em que seu desejo se realiza. Uma análise como essa segue a intuição de que ‘pode’ tem um traço mais objetivo e ‘podia’ um traço mais subjetivo. Para proferir uma sentença com ‘pode’ o falante restringe os mundos e para isso

precisa de mais informação no mundo que respalde essa “aposta” de que o mundo real tende a ser um mundo p. Essas evidências podem ser checadas, questionadas e refutadas, assim como analisa Lyons (1977) sobre os modais objetivos. Ou ainda, como analisa Portner (2009), essas sentenças fazem parte de um espaço proposicional comum (*common propositional space*) e podem ser aceitas ou não para serem incluídas no fundo conversacional compartilhado (*common ground*, conforme Stalnaker (1979)). Por outro lado, para proferir uma sentença com ‘podia’, o falante não precisa de evidência nenhuma que respalde a possibilidade objetiva. Como mostra o exemplo da chuva, o falante pode não ter evidência nenhuma, ou ter evidências contrárias à chuva e, mesmo assim, ‘Podia chover’ é adequada nesse contexto. Essa situação nos remete à análise de Lyons (1977) em que o autor coloca que modais subjetivos expressam mais declarações de opinião. No caso de não haver evidência de chuva, mas o falante estar sofrendo com o calor, além de expressar uma possibilidade ele veicula que, em sua opinião, dadas as circunstâncias, chover seria bom. Uma análise mais profunda sobre ‘pode’ e ‘podia’ em termos de objetividade e subjetividade deverá ser tema de um trabalho futuro.

Referências

- CONDORAVDI, C. 2002. **Temporal Interpretation of Modals:** modals for the present and for the past. Disponível em <<http://www-csli.stanford.edu/~cleoc/AC/temp-mod.pdf>>, acessado em 7 de nov. de 2010.
- von FINTEL, K. **Modality and Language.** 2006. Disponível em <<http://mit.edu/fintel/www/modality.pdf>>, acessado em 06 nov. 2010.

GRICE, Paul. **Logic and Conversation.** In: COLE, P e MORGAN, J (Eds). **Syntax and Semantics** 3: Speech acts. Nova Iorque: Academic Pr, 1975. p. 41-58.

HACQUARD, Valentine. **Aspects of Modality.** Massachussetts Institute of Technology, 2006. 214 f. Tese de doutorado. Massachussetts Institute of Technology, Departamento de Linguística e Filosofia. Orientador: Kai von Fintel. Cambridge, MA, 2006.

HOCKETT, C. **The origins of speech.** In: Scientific American, 203: 89-97, 1960.

IATRIDOU, Sabine. **The grammatical ingredients of counterfactuality.** In: Linguistics Inquiry. v. 31. n 2. Cambridge: MIT Press, 2000. p. 231-270.

IPPOLITO, Michela. **Imperfect Modality.** In: Guéron, J. & Lecarme, J. (Ed.) The Syntax of Time: Current Studies in Linguistics, v. 37. Cambridge: MIT Press, 2004.

KRATZER, Angelika. **The notional category of modality.** In: Eikmeyer, H-J.; Rieser, H. (Ed.). **Word, worlds, and contexts:** new approaches to word semantics. Berlin: W. de Gruyter, 1981. p. 38-74.

_____. **Modality.** In: von Stechow, A.; Wunderlich, D. (eds). **Semantics:** an international handbook of contemporary research. Berlin; New York: W. de Gruyter, 1991. p. 639-50.

_____. **Modals and conditionals again.** 2008. A ser publicado pela Oxford University. Disponível em <http://semanticsarchive.net/Archive/Tc2NjA1M/must_can_new.pdf>. Acessado em: 7 nov. 2010.

_____. **The notional category of modality.** 2010. A ser publicado pela Oxford University. Disponível em <http://semanticsarchive.net/Archive/Tc2NjA1M/must_can_new.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2010.

LYONS, J. **Semantics 2.** Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

OLIVEIRA, M. F. F. P. **Para uma semântica e pragmática de dever e poder.** 1988. 439 f. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa) – Faculdade de Letras. Universidade do Porto, Porto, 1988.

PESSOTTO, A. L.; PIRES DE OLIVEIRA, R. **O que há de diferente entre ‘pode’ e ‘podia’?** In: 8º Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul – CELSUL, 2008, Porto Alegre. Anais do 8º Encontro do Celsul. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2008.

PESSOTTO, A. L.; TEIXEIRA, L. R. **A contribuição da prosódia para a interpretação do item ‘podia’.** In: Working Papers em Linguística. Florianópolis, v. 12, n.1, 2011.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; PESSOTTO, A. L.. **Wishing it were:** podia and the implicature of desire in Brazilian Portuguese. In: LIMA, S. (ed) Proceedings of SULA5 – Semantic For Under-Represented Languages In Americas. University of Massachusetts Occasional Papers. v. 41. Amherst: GLSA (Graduate Linguistics Students' Association), 2011.

_____. **Imperfective modals in Brazilian Portuguese.** In: VIII Workshop On Formal Linguistics. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

PORTNER, Paul. **Modality.** Nova Iorque: Oxford University Press, 2009.

STALNAKER, Robert. **Indicative conditionals.** In: Philosophia 5. 1975. p. 269-286.

STOWELL, Tim. **Tense and modals.** In Jacqueline Guéron & Jacqueline Lecarme (eds.), The syntax of time. Cambridge: MIT Press, 2004. p. 621–636.